
Guia rápido para jornalistas: como cobrir comunidades quilombolas com ética e responsabilidade¹

Giovana Mesquita²

Danilo Araújo³

Márcia Guena⁴

Ana Rodrigues⁵

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

Resumo

O artigo apresenta diretrizes para uma cobertura jornalística ética das populações quilombolas, com base em pesquisa de doutorado na UFPE. A análise centrou-se no *Jornal Nacional* em 2023, diante de eventos como o Censo 2022 e o assassinato de Mãe Bernadete. Adotou-se abordagem qualitativa fundamentada na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009; Jodelet, 1989) e nos estudos sobre telejornalismo (Maciel, 1993; Motta, 2005; Silva, 2018), utilizando a análise de conteúdo de Bardin (2006). Os resultados indicaram superficialidade narrativa, ausência de contextualização histórica e pouca diversidade de fontes. A partir disso, elaborou-se um guia com princípios como escuta qualificada, reparação histórica e pluralidade narrativa, promovendo um jornalismo comprometido com justiça social e equidade racial.

Palavras-chave: Jornalismo; Quilombolas; Ética; Diversidade; Cobertura.

Introdução

As representações nos meios de comunicação refletem disputas simbólicas centrais nas sociedades contemporâneas (Moraes, 2015). No jornalismo, elas não apenas retratam a realidade, mas produzem sentidos que envolvem visibilidade, reconhecimento e enquadramento. No caso das comunidades quilombolas, não se trata apenas de garantir presença midiática, mas de questionar como essa presença é construída e interpretada

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: giovana.mesquita@ufpe.br

³ Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: dbsadanilo@gmail.com.

⁴ Doutora em Comunicação, professora do Curso de Jornalismo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. E-mail: marciaguena@gmail.com

⁵ Mestra em Tecnologias da Inteligência e Design Digital da Universidade Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. E-mail: anarodrigues877@gmail.com

(Araújo; Mesquita, 2023). Dentro desse processo de construção simbólica, o telejornalismo exerce papel estratégico, pois sua lógica, pautada pela síntese, atualidade e noticiabilidade, define o que se torna visível, quais eventos ganham relevância e quais vozes podem ocupar o espaço público (Motta, 2005). No caso das populações quilombolas, sua visibilidade costuma ser acionada por eventos institucionais, episódios de violência ou datas oficiais, resultando em representações frequentemente mediadas por uma linguagem técnica que apaga historicidades e neutraliza o caráter político de suas lutas (Araújo; Mesquita, 2023b).

Este artigo deriva de uma pesquisa de doutorado desenvolvida na UFPE, voltada à análise crítica da representação quilombola no telejornalismo brasileiro. Com base nos resultados, foram sistematizadas práticas jornalísticas pautadas em justiça social, diversidade e ética. O objetivo é oferecer orientações a jornalistas que tratam de temas quilombolas, promovendo narrativas mais sensíveis, contextualizadas e comprometidas com a equidade e os direitos humanos.

A urgência da representação justa

O jornalismo exerce papel estratégico na mediação simbólica da realidade, moldando percepções sobre grupos historicamente marginalizados. No caso das populações quilombolas, essa influência se dá tanto pela invisibilidade quanto por estigmas que reforçam visões coloniais, reduzindo sua diversidade a estereótipos como “vítimas” ou “ameaçados”. A falta de fontes diversas, o uso de imagens genéricas e abordagens superficiais perpetuam representações distorcidas e desumanizantes. A lógica jornalística, pautada pela espetacularização e pela emergência do evento, silencia processos históricos que afetam os quilombos. Como apontam Porto (2004) e Gonçalves (2011), os enquadramentos editoriais funcionam como filtros que definem o que será visto e por quem. Essa seleção, centrada em fontes institucionais e fatos pontuais, ignora saberes locais e apaga o protagonismo quilombola, limitando a diversidade de vozes.

Reconhecer as limitações do jornalismo não o desqualifica, mas reforça sua responsabilidade social. Como destacam Martins (2017) e Silva (2018), a mídia molda representações coletivas, exigindo escuta ativa, pluralidade e revisão de práticas naturalizadas. Dar visibilidade com responsabilidade implica respeitar o direito à dessas comunidades. Além do impacto simbólico, as representações influenciam o acesso a

direitos e políticas públicas. Imagens distorcidas reforçam preconceitos, legitimam violências e dificultam mobilizações (Wachelke & Camargo, 2007). Assim, coberturas justas são parte essencial do jornalismo democrático.

Caminhos metodológicos da pesquisa

As diretrizes deste artigo resultam de uma tese de doutorado em Comunicação que analisou, ao longo de 2023, as representações das comunidades quilombolas no *Jornal Nacional*, especialmente diante do Censo 2022 e do assassinato de Mãe Bernadete. A pesquisa articula estudos sobre telejornalismo, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009; Jodelet, 2001) e a literatura sobre quilombolas, considerando o JN como mediador simbólico. Adotou-se abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica (Andrade, 2010; Fonseca, 2002) e análise de conteúdo categorial temática (Bardin, 2006).

A base empírica da pesquisa foi composta por todas as edições do JN exibidas entre janeiro e dezembro de 2023. Após a triagem das edições, foram identificadas 9 produções jornalísticas que abordaram diretamente as comunidades quilombolas. Essas produções foram organizadas em dois blocos temáticos principais: (1) a inclusão dos quilombolas no Censo Demográfico e (2) o assassinato de Mãe Bernadete. A análise revelou quatro representações sociais centrais: “Identificação das comunidades quilombolas pelo Estado”, “Violência e insegurança”, “Liderança quilombola” e “Investigação e justiça”.

Cada reportagem foi segmentada com base nos elementos estruturais do telejornalismo, “cabeça”, “off”, “passagens”, “sonoras” e imagens de apoio, conforme descrito por Maciel (1993), García (2002) e Mayoral et al. (2008). Essa segmentação possibilitou uma análise qualitativa e interpretativa dos enquadramentos narrativos empregados. A análise foi orientada pelos processos de objetivação e ancoragem, conforme definidos pela Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2009; Jodelet, 2001), permitindo identificar os sentidos construídos nos aspectos visuais e verbais, incluindo falas de apresentadores, repórteres e fontes. A sistematização dos dados revelou padrões recorrentes, silenciamentos e lacunas, indicando que, apesar de alguns temas contribuírem para certa visibilidade, as abordagens se mostraram marcadas por superficialidade, falta de contextualização histórica e ausência de dimensões estruturais da luta quilombola. Com base nos achados, foi elaborado um guia com diretrizes éticas

para jornalistas, voltado à promoção da diversidade, da reparação histórica e da responsabilidade social na cobertura sobre quilombolas.

Diretrizes para uma cobertura ética e sensível

Em contextos de profundas desigualdades raciais e sociais, o jornalismo deve assumir um compromisso ético com a diversidade, a pluralidade e a justiça informativa. Como prática social e campo simbólico, pode tanto reforçar estigmas quanto promover reconhecimento (Ferro, 2012). Discutir diretrizes para uma cobertura responsável exige revisar rotinas, critérios de noticiabilidade e formas de escuta que historicamente marginalizaram vozes subalternizadas. As comunidades quilombolas enfrentam o racismo, apagamentos e despolitização de suas lutas.

Elaborar diretrizes específicas para a cobertura jornalística das comunidades quilombolas é, portanto, uma forma de qualificar a prática jornalística, promovendo maior precisão, responsabilidade e aderência à realidade concreta desses territórios e sujeitos. Não se trata de desconsiderar os esforços já existentes na construção de um jornalismo antirracista, ao contrário, reconhecemos a relevância de manuais e guias como *O jornalismo antirracista a partir da experiência da Alma Preta*, entre outros. O que se propõe aqui é o reconhecimento de que as populações quilombolas, por suas singularidades históricas, culturais e jurídicas, demandam orientações específicas. A proposta apresentada neste artigo funciona como um resumo operacional da temática, voltado à prática cotidiana nas redações. Trata-se de um guia sintético, pensado para jornalistas em situação de produção, que precisam acessar de forma ágil parâmetros éticos e sensíveis ao noticiar sobre essas comunidades.

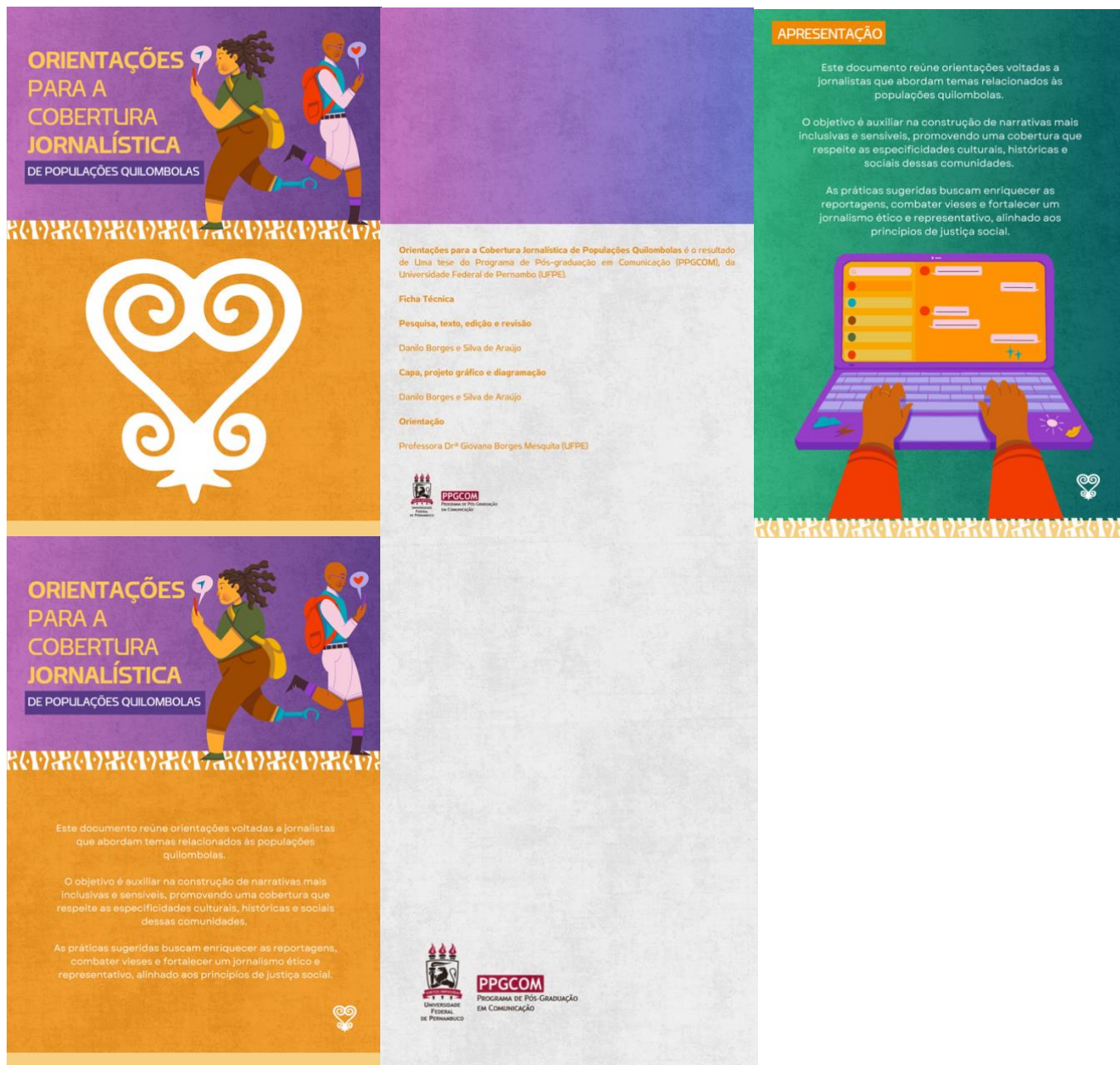
Promover uma cobertura jornalística ética e sensível dessas comunidades exige transformações que vão além da escolha temática: envolve a valorização das especificidades culturais e territoriais, a busca por fontes diversas, o cuidado com enquadramentos visuais e verbais, e o compromisso em romper com práticas editoriais que desumanizam ou silenciavam esses sujeitos. Trata-se de revisar práticas arraigadas no campo jornalístico, que frequentemente operam com lógica imediatista, foco em eventos pontuais e ausência de contextualização histórica. Uma cobertura comprometida com os direitos dessas comunidades demanda tempo, escuta ativa e disposição para reconhecer os limites das rotinas produtivas convencionais.

A apuração aprofundada é um ponto de partida essencial. Investigar para além do episódio isolado, incorporando perspectivas históricas, territoriais e políticas, permite compreender a complexidade das realidades quilombolas. Ao noticiar, por exemplo, casos de violência contra lideranças, é fundamental relacionar o fato à omissão do Estado, aos conflitos fundiários persistentes e aos obstáculos na demarcação de terras, evitando a naturalização da violência. Do mesmo modo, é necessário superar a centralidade de fontes institucionais e buscar vozes que expressem a pluralidade das comunidades, mulheres, jovens, idosos e outros sujeitos frequentemente silenciados nas narrativas hegemônicas.

A diversificação de fontes e olhares é estratégica para romper com a homogeneização das experiências quilombolas e para combater estereótipos recorrentes, como o da vítima passiva ou do herói da resistência. Tais reduções simbólicas obscurecem práticas cotidianas de protagonismo, como as iniciativas voltadas à agroecologia, à organização política, à educação popular e à inovação social, que raramente ganham visibilidade na imprensa tradicional (Araújo; Mesquita, 2023a). Valorizar essas experiências é parte do compromisso com uma cobertura que reconheça as populações quilombolas como agentes ativos na produção de seus territórios e modos de vida.

É necessário também que as redações desenvolvam uma postura crítica diante de suas próprias rotinas e culturas institucionais. Investir em formações sobre racismo, história quilombola e práticas antirracistas pode fortalecer uma escuta qualificada e contribuir para a construção de protocolos internos orientados pela diversidade e pela equidade. Relacionar os fatos noticiados com o campo das políticas públicas, como o acesso à saúde, à educação e à segurança, é fundamental para contextualizar as reportagens e evitar o esvaziamento político das pautas. Assim, as diretrizes aqui discutidas não são recomendações técnicas, mas expressam um reposicionamento ético do jornalismo diante das assimetrias que estruturam a sociedade brasileira. Para facilitar a visualização e a apropriação prática dessas orientações, a proposta apresentada neste artigo também está organizada de forma diagramada nas figuras 1, 2 e 3.

Figura 01: elementos gráficos e introdutórios do guia “Orientações para a Cobertura Jornalística de Populações Quilombolas”



Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

FIGURA 02: Diretrizes práticas para uma cobertura quilombola ética e inclusiva: contextualização e narrativas



Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

Bancos de fontes e boas práticas

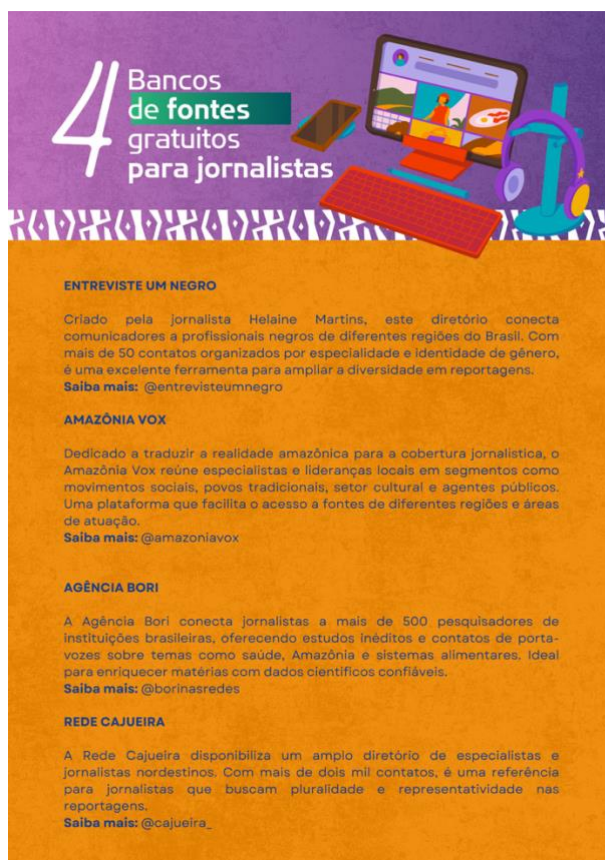
A construção de uma cobertura jornalística mais representativa das populações quilombolas não se sustenta apenas em boas intenções editoriais, mas requer o acesso a ferramentas concretas que facilitem a diversificação de vozes. Muitas vezes, a limitação das fontes consultadas não decorre de má-fé, mas da repetição de redes de contatos já consolidadas e da ausência de instrumentos que ampliem o repertório dos profissionais. Nesse sentido, o fortalecimento de práticas antirracistas no jornalismo passa também pela valorização de iniciativas que organizam, sistematizam e tornam acessíveis contatos de especialistas, lideranças e comunicadores historicamente marginalizados nos espaços midiáticos.

Entre as plataformas que contribuem para uma cobertura mais diversa estão o projeto Entrevista um Negro, criado por Helaine Martins, que reúne profissionais negros de diversas áreas e regiões; o Amazônia Vox, com fontes qualificadas da região

amazônica, incluindo lideranças quilombolas, indígenas e ribeirinhas; a Agência Bori, que conecta jornalistas a pesquisadores e estudos técnicos sobre temas como saúde e meio ambiente; e a Rede Cajueira, que oferece uma ampla base de especialistas e comunicadores nordestinos, fortalecendo a representatividade regional e a descentralização das narrativas.

A adoção dessas ferramentas pode colaborar para romper ciclos de invisibilização, evitar a reprodução de fontes únicas e ampliar os horizontes interpretativos das redações. Mais do que instrumentos operacionais, esses bancos de fontes representam práticas concretas de justiça informacional e são aliados fundamentais para o jornalismo que se propõe a ouvir, entender e narrar o Brasil em sua diversidade racial, territorial e cultural.

FIGURA 03: banco de fontes para jornalistas



Fonte: Autores da pesquisa, 2025.

Considerações finais

A cobertura jornalística das populações quilombolas exige uma revisão profunda das práticas e valores que orientam a produção das narrativas midiáticas. Trata-se de

transformar os modos como essas presenças são construídas, compreendidas e legitimadas nos discursos jornalísticos. Isso implica romper com lógicas reducionistas, desafiar os enquadramentos coloniais ainda presentes no fazer jornalístico e assumir um compromisso efetivo com a pluralidade.

A adoção de diretrizes éticas, sensíveis e contextualizadas é um caminho para qualificar a escuta, diversificar fontes e reposicionar o olhar sobre os sujeitos quilombolas. Essas orientações devem ser flexíveis, adaptáveis a diferentes contextos editoriais e territórios, oferecendo parâmetros críticos para um jornalismo comprometido com a disputa de sentidos e a afirmação de direitos. As redações têm papel central nesse processo: investir em formação contínua, rever critérios de noticiabilidade, ampliar a presença de profissionais negros e quilombolas e adotar ferramentas que promovam a diversidade são medidas que fortalecem o compromisso democrático da imprensa. Quando realizada com responsabilidade e rigor, a cobertura quilombola contribui para reparar invisibilidades históricas e ampliar horizontes de cidadania.

Assim, mais do que uma pauta, os quilombos devem ser compreendidos como territórios de produção de saber, de resistência e de vida. Reconhecê-los como tal é tarefa do jornalismo que se compromete com os princípios da equidade, da justiça social e da dignidade humana. Como desdobramento, propõe-se o aprofundamento dessas diretrizes em formações presenciais e oficinas de escuta com comunicadores comunitários, bem como a ampliação da análise para outros veículos e formatos jornalísticos, incluindo rádio, mídias digitais e jornais regionais. A construção coletiva de guias editoriais situados, desenvolvidos em diálogo com os próprios quilombos, pode fortalecer a autonomia narrativa e enriquecer o jornalismo com outras epistemologias e modos de narrar.

Referências

Andrade, M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

Araújo, D; Mesquita, G. A **Bahia negra não mostrada na TV:** A invisibilidade dos quilombolas no telejornal BATV. *Comunicação & Sociedade (Online)*, v. 45, p. 197–227, 2023.

Araújo, D; Mesquita, G. **Uma análise da representatividade das comunidades quilombolas no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM).** *Esferas*, v. 3, p. 1–23, 2023b.

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. (Obra original publicada em 1977).

Ferro, R. **O negro sem cor no telejornalismo brasileiro**. In: BORGES, R.; BORGES, R. (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii Editora, 2012.

Fonseca, J. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

García, M. **Manual de redacción periodística**. Barcelona: Ariel, 2002.

Gonçalves, T. **A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo**. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, 2005.

Jodelet, D. **Représentations sociales: un domaine en expansion**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989.

Maciel, C. **A notícia televisiva: estrutura e produção**. São Paulo: Summus, 1993.

Martins, R. **As representações sociais do Nordeste no Jornal Nacional**. 2017. Trabalho acadêmico (sem mais dados de vinculação editorial ou institucional informados).

Mayoral, J; Lozano, A; García, J. **Informativos televisivos: teoría y análisis**. Zamora: Comunicación Social, 2008.

Moraes, C. **Entre o clima e a economia: enquadramentos discursivos sobre a Rio+20 nas revistas Veja, IstoÉ, Época e Carta Capital**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Moscovici, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Motta, L. **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2005. p. 1–15.

Porto, M. Enquadramentos da mídia e política. In: Porto, M. **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: Edufba, 2004. p. 73–104.

Silva, L. **Saberes, linguagem e dispositivos didáticos: as dimensões da função pedagógica do telejornalismo**. 2018. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, 2018.

Wachelke, J; Camargo, B. **Representações sociais, representações individuais e comportamento**. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, v. 41, n. 3, p. 379–390, 2007.